

# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 72**

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

*Alane Maria da Silva*

*Marilene Bizerra da Costa*

**DOI 10.22533/at.ed.6051922018**

**CAPÍTULO 9 ..... 83**

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

*Renner Coelho Messias Alves*

**DOI 10.22533/at.ed.6051922019**

**CAPÍTULO 10 ..... 94**

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

*Wellington Júnior Jorge*

*Izaque Pereira de Souza*

*Aline Evelin Fabrício Macedo*

*Ana Paula de Souza Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220110**

**CAPÍTULO 11 ..... 105**

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

*Francisco Mesquita de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220111**

**CAPÍTULO 12 ..... 117**

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

*Daniel Neto Francisco*

*Carlos Alberto Sarmento do Nascimento*

*Lucimar Ferraz de Andrade Macedo*

*Lamounier Erthal Villela*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220112**

**CAPÍTULO 13 ..... 130**

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

*Evânia Maria Oliveira Severiano*

*Maria Luiza Fernandes Bezerra*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220113**

**CAPÍTULO 14 ..... 141**

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

*Fabrício Brito do Amaral*

*Maria Fernanda Brito do Amara*

*Deusiney Robson de Araujo Farias*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220114**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>148</b>
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>160</b>
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>170</b>
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>180</b>
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>190</b>
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>200</b>
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220121</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>236</b>
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>247</b>
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>259</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220124</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>269</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220125</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>281</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220126</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>293</b>
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220127</b>	



<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>304</b>
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220128</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>322</b>
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220129</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>334</b>
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220130</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>346</b>
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220131</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>358</b>
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220132</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>370</b>
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220133</b>	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>381</b>
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220134</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>392</b>

## ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

**Alane Maria da Silva**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Currais Novos – RN

**Marilene Bizerra da Costa**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Currais Novos – RN

**RESUMO:** A pobreza se constitui em um antigo e grave problema social. É perceptível que a referida temática vem nas últimas décadas obtendo maior espaço na agenda política, tendo em vista a necessidade de seu enfrentamento. Torna-se cada vez mais crucial avançar na compreensão dessa problemática que, no Brasil, encontra-se fortemente associada à desigualdade. Diante disso, o presente artigo dedicou-se a explicar noções conceituais sobre pobreza. Evidenciou-se que a sua complexidade não se restringe a realidade prática, mas se faz presente também no campo teórico. Embora venha-se evoluindo, a imprecisão conceitual sobre pobreza se configura um elemento complicador no seu desvendar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza; Noções conceituais; Brasil.

**ABSTRACT:** Poverty is an old and serious social problem. It is noticeable that, in the last decades, the aforementioned topic has been given more space in the political agenda, in view of the need

to confront it. It is becoming increasingly crucial to advance the understanding of this problem, which in Brasil is strongly associated with inequality. Therefore, the present article was dedicated to explain conceptual notions about poverty. It was evidenced that its complexity is not restricted to practical reality, but it is also present in the theoretical field. Although evolving, the conceptual imprecision on poverty is a complicating element in its unveiling.

**KEYWORDS:** Poverty; Conceptual notions; Brasil.

### 1 | INTRODUÇÃO

A pobreza representa uma das graves mazelas sociais disseminada. Os seus efeitos destrutivos se irradiam por todos os setores da sociedade. Muito embora as maiores iniciativas de combatê-la só se verifiquem nos últimos tempos, a existência de tamanha problemática não é algo recente, afinal, a pobreza sempre se fez presente, alterando as suas faces, mas mantendo a sua essência.

Atualmente, a necessidade de compreendê-la se eleva consideravelmente, visto que, vivenciamos momentos em que a pobreza passa a compor assiduamente a pauta das discussões políticas. Diante disso, o

presente artigo objetivou estudar os aspectos conceituais em torno da pobreza. Para tanto, baseou-se em pesquisa bibliográfica.

O estudo encontra-se apresentado em quatro itens. O primeiro deles concentrou-se no debate conceitual sobre pobreza e na sua tipologia. Com isso, expôs as diferentes visões que se formam sobre pobreza e evidenciou a pobreza absoluta, relativa e subjetiva enquanto tipos de pobreza. No segundo item, buscou-se explicar as linhas de pobreza enfatizando-se os diferentes tipos de linhas existentes, tendo em vista que, estas constituem o elemento demonstrativo da pobreza.

O terceiro item, por sua vez, privilegiou a análise dos parâmetros que o governo brasileiro tem utilizado para identificar a população considerada pobre, visto ser ela o alvo de suas políticas sociais. E, por fim, o quarto item contemplou a apresentação da desigualdade no Brasil, pontuado a sua inter-relação com a pobreza.

## 2 | O DEBATE CONCEITUAL E OS TIPOS DE POBREZA

É vasto o universo conceitual em torno do que seria a pobreza. Uma diversidade de autores se posiciona das mais diferentes formas no momento de definir o termo. São interpretações divergentes sobre uma mesma temática. Como observa, Azevedo; Burlandy (2010, p. 202) “[...] trata-se de um conceito em construção, cujos pressupostos diferem de acordo com os valores e princípios sociais, podendo ser, portanto, conceituado de diferentes maneiras como é observado na literatura.”

Tanto quanto complexa é a problemática que a pobreza representa para as sociedades, assim também é a definição da mesma. Por isso, torna-se imprescindível compreender a pobreza sob os mais diversos ângulos e visões pois, o entendimento que se tem em nível conceitual, estará intimamente relacionado com a forma de mensuração, os métodos a serem utilizados em seu combate e, conseqüentemente, servirá como um norte para as políticas públicas de enfrentamento, bem como para avaliação dos resultados destas.

É importante observar que o grau de complexidade que suscita em torno da palavra pobreza vem se agigantando durante todo o processo evolutivo da sociedade. Ao longo dos anos firmam-se novas interpretações. Como decorrência disso, já se percebe a pobreza sendo tratada como fenômeno multidimensional.

Dentre as mais distintas formas de compreensão, Rocha (2003, p. 9) defende que “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.” Nessa mesma perspectiva, Osório; Soares; Souza (2011, p. 9) admitem que “definir pobreza em linhas gerais é relativamente fácil: é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que sua sociedade é moralmente obrigada a garantir.”

Evidencia-se que essas definições são fortemente generalistas. Por assim serem mostram-se vagas. Elas analisam o problema de forma superficial e panorâmica sem

adentrar nem especificar mais detidamente quais variáveis caracterizam a pobreza. Entretanto, não significa dizer que, por serem abordagens gerais, estão incorretas.

Talvez seja exatamente sua análise geral que lhe possibilite não incorrer em divergências com outras formulações, pois escritas dessa forma, contemplam as ideias das duas principais correntes de defensores na interpretação da temática, se assim podemos chamar, sendo estes os que compõem a ala dos que relacionam a pobreza à ausência de renda e os que a associam a outros elementos que não somente esta e que são postos como direitos sociais.

Existem então, percepções que são restritas e embora constituam a fonte de saber inicial a respeito da definição de pobreza, não foram renegadas. Contrariamente, são difundidas e amplamente utilizadas atualmente, apesar de criticadas. Essa concepção, com predominância biológica, destaca a pobreza como uma decorrência da incapacidade dos indivíduos proverem sua subsistência, o que significa não conseguirem o mínimo indispensável à sobrevivência. Por sua vez, considera predominantemente a falta de renda para caracterizar a pobreza.

Com relação a essa forma de pensamento, Townsend (1993, apud CODES, 2008, p. 11) lembra que, “balizando-se nos resultados dos trabalhos elaborados por nutricionistas, esta abordagem definia como pobre a família cuja renda não fosse suficiente para obter o mínimo necessário para sua manutenção meramente física.”

A problemática retratada é visualizada de outro ângulo por Kageyama; Hoffmann (2006, p.80) segundo os quais “a noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família.” Essa linha de pensamento, que respalda um caráter multidimensional, concentra a grande parte das atuais definições de pobreza. A respeito disso, Codes (2008, p. 24) aponta que,

Sob a perspectiva da multidimensionalidade, abre-se espaço para a elaboração do fenômeno enquanto “armadilha de privação”. A pobreza é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza.

Nesse sentido, fica perceptível que o conceito de pobreza tornou-se mais abrangente. Neste caso, para se considerar a pobreza com base nas concepções atuais deve-se analisar também a capacidade de acesso dos indivíduos a serviços que lhe permitam uma melhor qualidade de vida como educação, saúde, vestuário, moradia, enfim, diversos fatores capazes de viabilizar uma condição de vida digna.

Partindo dessa visão, fica claro que eliminar a carência de todos os elementos que alicerçam o conceito contemporâneo de pobreza, possibilitando a todos o acesso a direitos que se dizem assegurados, em um cenário no qual reina um sistema político e econômico cuja principal característica é a exploração, revela-se uma tarefa árdua.

Ciente disso e partilhando do conceito multidimensional Silva (2010, p. 157) destaca:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda.

Cabe lembrar que assim como os conceitos mais restritos, esta atual forma de compreensão embora aceita por muitos em função de sua amplitude, também é alvo de críticas. Estas se voltam basicamente para sua dificuldade de mensuração.

Diante de toda essa explanação, torna-se compreensível que apesar da existência de uma inegável divergência de definições, todas elas, de alguma forma, convergem para o sentido de falta, carência, privação, incapacidade humana com relação a algo. O que vai estar variando é exatamente o elemento que não se possui.

Mesmo relatada panoramicamente, a forma como a pobreza é descrita, suscita a existência de uma tipologia. Esse fato decorre do embate que rodeia as conceituações. Ao observar a literatura evidencia-se que a pobreza pode ser compreendida como sendo de ordem absoluta, relativa ou subjetiva. De forma simples e direta, Hageaars; De Vos 1988, apud Kageyama; Hoffmann (2006, p. 81) explicam:

- a) pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta);
- b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa);
- c) pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

Com base no exposto, pode-se concluir que a pobreza absoluta se baseia fundamentalmente nos estudos iniciais que norteiam a problemática discutida, ou seja, remonta ao conceito de subsistência. É válido destacar que normalmente e com maior ênfase, aponta-se a falta de renda como causa das carências e, assim, toma-se por base uma cesta mínima de bens que as pessoas são incapazes de adquirir.

Contrariamente a noção absoluta de pobreza, de acordo com Rocha (2003, p. 11) “o conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução da desigualdade de meios entre indivíduos como objetivo social.”

Com outro olhar para o mesmo problema e aparentemente não tanto comentada cientificamente como os conceitos absolutos e relativos, a definição de pobreza vista de modo subjetivo parte da percepção individual de cada ser. Ou seja, cada indivíduo julgará sua situação, cabendo ao mesmo então analisar e decidir mediante sua realidade, considerar-se pobre ou não.

Atentos a ideia central que respalda as abordagens, nos conscientizamos de que as mesmas apresentam limitações e não passam incólumes à críticas, as quais ganham forma no momento em que se busca demonstrar objetivamente a pobreza, ou seja, quando se busca elaborar linhas de pobreza.

### **3 | POBREZA E EXTREMA POBREZA: UMA DETERMINAÇÃO FEITA COM BASE NO ESTUDO DAS “LINHAS”**

O principal artifício comumente utilizado para expor quem é classificado como pobre são as denominadas linhas de pobreza. Nota-se que a análise científica da pobreza normalmente apresenta duas linhas como referência. Esse mecanismo é evidenciado por Osório; Soares; Souza (2011, p. 15) ao relatarem que “na bibliografia sobre pobreza, é comum encontrar sistemas em que dois ou mais tipos de linhas são usados: por exemplo, uma linha de pobreza e outra, mais baixa, de miséria, indigência, ou pobreza extrema.” Essas classificações permitem perceber a existência de uma distinção existente entre pobreza e extrema pobreza e, respectivamente, pobres e extremamente pobres.

Cada denominação advém de um critério e este pode variar de acordo com a linha metodológica adotada. Entretanto, pode-se assegurar que em função da linha de pobreza se situar em instância superior a de extrema pobreza, esta última expressará um subconjunto dentro dos considerados pobres.

Essa identificação de pobres numa sociedade e diferenciação dentre os próprios pobres, torna-se mais compreensível quando vista em termos práticos e isso decorre da verificação do parâmetro classificatório. Diante disso, surge então o seguinte questionamento: o que considerar como elemento base para a formulação das linhas de pobreza? É dessa indagação que nos deparamos com grandes contestações e uma infinidade de alternativas a serem seguidas.

Os tipos de linhas de pobreza frequentemente retratadas compreendem as linhas absolutas ou objetivas, linhas relativas, linhas subjetivas, e as linhas administrativas.

Buscando conhecer a forma que o mundo, de um modo geral, vem lidando com a demonstração da pobreza, percebe-se a utilização preponderante das linhas absolutas e relativas.

A abordagem relativa é amplamente utilizada na Comunidade Europeia (Soares, 2009). No Brasil, a tradição em mensurar a pobreza se dá fortemente pela via da renda domiciliar per capita (absoluta). (Osório; Soares; Souza, 2011).

Partindo do próprio conceito advindo de pobreza absoluta, a linha de pobreza que se pauta nessa abordagem, refere-se ao estabelecimento de um valor mínimo capaz de suprir as necessidades dos indivíduos com o foco voltado para a renda. Quando se trata apenas do mínimo vital, ou seja, da noção de subsistência e, assim, do caráter nutricional básico, refere-se à linha de indigência. Por outro lado, quando neste valor

encontra-se agregado outras necessidades que não somente a alimentação, mas outro conjunto de bens, obtêm-se a linha de pobreza na essência da palavra.

Sobre esses dois tipos de linha, Rocha (2003, p. 12-13) reforçando a situação acima descrita, explica:

Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população. Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza. Esses parâmetros são utilizados como crivo para distinguir, na população, dois subgrupos, de acordo com a sua renda; respectivamente, indigentes e não-indigentes, no caso de linha de indigência, e pobres e não-pobres, quando se utiliza linha de pobreza.

A linha relativa segue a lógica da comparação social. Ao relatar essa segunda alternativa de expor a pobreza, Rocha (2003, p.14) afirma que,

No caso de linhas de pobreza estritamente relativas, trata-se de estabelecer um valor que tenha como referência o nível de vida preponderante na sociedade em questão. Geralmente, esse valor é estabelecido com base na renda média ou mediana do conjunto da população, por conseguinte, desvinculando do efetivo poder de compra ou do nível de bem-estar que é capaz de proporcionar de fato.

Um terceiro tipo de linha volta-se para a subjetividade. Esta possui dificuldades que lhe são próprias. Sucintamente, nos deparamos com a noção de que a linha de pobreza subjetiva é construída de acordo com a percepção de cada indivíduo sobre a sua condição de vida.

Por fim, as chamadas linhas administrativas mostram-se como uma saída a complexidade das linhas científicas descritas. Não há uma definição precisa e clara a respeito dessa tipologia, mas pelo modo como são referenciadas, expressam um valor definido arbitrariamente em função principalmente da disposição orçamentária.

Conforme explica Osório; Soares; Souza (2011, p. 18) “o mínimo estabelecido pela linha de pobreza administrativa é um mínimo possível, função não apenas de uma concepção consensual de pobreza, mas também do espaço fiscal e das restrições orçamentárias.”

A forma de mensuração da pobreza transparece ser a expressão prática da complexidade em volta do tema. As causas da problemática identificação e mensuração dos pobres e extremamente pobres pode ser encontrada na verdadeira e real ausência de conceito de pobreza. Com esse mesmo ponto de vista, Soares (2009, p. 44) revela que “[...] até hoje não há um método de calcular a linha de pobreza que faça sentido. Talvez isto seja porque o próprio conceito de pobreza não faz sentido.”

Devemos ter em mente que a constituição de uma linha de pobreza exerce uma importância que transpassa a esfera científica, se estendendo ao meio político, econômico e social. Sendo assim, torna-se instigante conhecer os critérios de pobreza

que vem sendo adotados no Brasil, país que vem expondo pretensão de redução da pobreza e extinção da extrema pobreza.

## **4 | A CONCEPÇÃO E OS PARÂMETROS UTILIZADOS PELO GOVERNO BRASILEIRO**

Como já mencionado, prevalece no Brasil a tradição de se quantificar a pobreza a partir do seu sentido absoluto. Embora baseadas em uma mesma concepção, dispomos de uma diversidade de linhas. A elaboração de cada linha existente se fundamenta em diferentes critérios. Mesmo que estes culminem essencialmente na renda, o processo de definição desta toma caminhos distintos. Em território nacional, se observa que os parâmetros frequentemente utilizados, correspondem à medição de calorias necessárias e, conseqüentemente, na determinação de valores monetários com base nesses níveis calóricos, ou por outra via, baseiam-se em frações do salário mínimo vigente.

A situação acima descrita, corretamente sugere a inexistência de um critério oficial de pobreza em nosso país. Esse fato é ressaltado por Soares (2009, p.10) ao afirmar que “o Brasil não conta com uma linha ou metodologia oficial de pobreza e as políticas públicas utilizam critérios diferentes e contraditórios entre si.”

A criação de uma linha oficial já vem sendo discutida pelo governo e por pesquisadores. O Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, trabalham na busca de elaboração dessa proposta. (SOARES, 2009). No entanto, esse procedimento ainda encontra-se apenas no plano das ideias e, enquanto os rumos não se definem, o governo permanece identificando os pobres de forma diferenciada e, assim, impondo distintas condições para inclusão de beneficiários em seus programas sociais.

O uso de diferentes linhas pelo governo é reconhecido e sintetizado pelo IBGE (2010, Não paginado) o qual relata:

O próprio governo brasileiro utiliza diferentes cortes de renda monetária domiciliar per capita para selecionar beneficiários para seus programas e políticas sociais. [...] O Programa Bolsa Família, por exemplo, considera extremamente pobres as famílias com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 e pobres aquelas com até R\$ 140,00. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC – LOAS beneficia idosos e deficientes com rendimento domiciliar per capita inferior a ¼ de salário mínimo. O Plano Brasil Sem Miséria, recentemente lançado, combina a linha de R\$ 70,00 de rendimento domiciliar per capita com outras dimensões de pobreza, como falta de saneamento básico, na identificação do seu público-alvo. O valor de ½ salário mínimo per capita, por sua vez, é o valor referencial de inclusão de famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal, sistema que cadastra famílias potencialmente beneficiárias desses programas.



É inegável a discrepância nas bases que expressam o valor das linhas governamentais. Aos nos detemos à análise das linhas de elegibilidade do Programa Bolsa Família – PBF, importante programa da rede de proteção social, evidenciamos o principal fator adotado pelo governo na formulação de suas linhas de pobreza.

Em 2003, ano de criação do PBF, as referidas linhas de pobreza e extrema pobreza também denominadas linhas de elegibilidade, correspondiam respectivamente a R\$ 100,00 e R\$ 50,00. Ao buscarmos informações nos deparamos com uma certa obscuridade no que tange o critério utilizado na constituição desses valores iniciais e, assim, são apenas dados como tais, sem no entanto, esclarecer os procedimentos de mensuração seguidos para a referida determinação.

Mesmo diante dessa realidade, Soares (2009) assegura que, estas linhas foram estabelecidas com base em cálculo alimentar desenvolvido em consonância com pesquisas focadas no método calórico direto. Sendo assim, percebe-se que embora as linhas de pobreza do PBF estejam pautadas numa metodologia, cujo embasamento se dá em consonância com a perspectiva absoluta, a mesma integra o vasto universo das linhas administrativas. Isso porque, a determinação do valor das linhas é imposta pelo governo e a decisão deste, encontra-se diretamente relacionada com os níveis dos cofres públicos. Esse fato sugere a existência de uma essência manipulativa. Talvez a utilização desse método, impossibilite a obtenção de uma fotografia mais fidedigna da pobreza.

A forma administrativa de definição de linha de pobreza embora criticada, expressa uma característica preponderante do governo e, portanto, não se restringe apenas ao PBF se estendendo aos demais programas sociais. Desse modo, os questionamentos que naturalmente encontram-se impregnados a qualquer tipo de linha se intensificam pelas peculiaridades que permeiam os critérios que definem as linhas adotadas no Brasil. Porém, as mesmas permanecem sendo utilizadas em momentos em que o discurso associado a busca por melhor conhecer a pobreza e combatê-la segue no país.

## **5 | BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE DESIGUALDADE: UM OLHAR PARA O BRASIL**

É praticamente impossível relatar a pobreza sem mencionar a desigualdade. Ambas encontram-se intimamente interligadas e mostram-se configuradoras da realidade social, principalmente quando se trate do Brasil.

Pela própria interpretação lógica da palavra, entende-se que desigualdade se refere à diferença. Assim, remete ao sentido de uma condição na qual um é favorecido em detrimento de outro. Entretanto, deve-se identificar que elemento está se considerando na análise acerca da diferenciação. Ao refletir sobre isso, Sen (2001, p. 147) destaca que,

As vantagens e desvantagens que têm, comparadas umas às outras podem ser vistas em muitas perspectivas diferentes, envolvendo diferentes focalizações, por exemplo, liberdades, direitos, rendas, riquezas, recursos, bens primários, utilidades, capacidades e assim por diante, e o problema de avaliação da desigualdade depende da seleção do espaço em que a igualdade vai ser apreciada.

Dentre tantos aspectos a serem considerados, a ênfase será dada à desigualdade de renda, se detendo as suas particularidades, por entender que esta produz poderosos reflexos no que tange à pobreza e ainda auxilia no entendimento de todo um complexo de desigualdades sociais oriundos da mesma.

Indubitavelmente, os efeitos decorrentes da desigualdade de renda são extremamente negativos. Essa diferenciação nos rendimentos auferidos pelos indivíduos impacta diretamente nas condições de vida em que se encontra uma população, principalmente quando essa desigualdade é verificada em níveis acentuados.

Um estudo mais acurado a respeito da desigualdade pode ser obtido quando se elege o Brasil como observatório. Isso porque a desigualdade de renda constitui o pilar no qual se estruturou a referida nação. Desigualdade essa que ultrapassou a evolução temporal e atualmente ainda se faz fortemente presente. Como reiterado por Barros; Henriques; Mendonça (2000, p. 131) “a desigualdade, em particular a desigualdade de renda é tão parte da história brasileira que adquire fórum de coisa natural.”

Assim, desigualdade de renda representa a principal marca brasileira e encontra-se posicionada não só na mente dos seus habitantes. Essa característica alcança grandes dimensões sendo reconhecida mundialmente, afinal, o Brasil ocupa as primeiras classificações no ranking dos países socialmente injustos. Ramos; Mendonça (2005, p. 355) confirmam essa premissa ao relatar que,

Dentre os cerca de 120 países no mundo para os quais existem informações sobre o grau de desigualdade na distribuição de renda, mais de 90% apresenta uma desigualdade menor que a do Brasil, colocando-o numa posição desconfortável no cenário internacional.

Muitos pesquisadores apontam a desigualdade como sendo a principal causa da pobreza no Brasil. A respeito disso, Ramos; Mendonça (2005, p. 355) defendem que “a escassez agregada de recursos não é a explicação para os grandes contingentes de pobres encontrados no país, mas sim a má distribuição desses recursos.” Diante disso, é válida a afirmação de Barros; Henriques; Mendonça (2000, p. 123) para os quais “[...] o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”

O grau de desigualdade de um lugar pode ser atestado mediante o uso de indicadores e existe uma diversidade de índices de desigualdade. Cada um possui métodos e características próprias. Dentre tantos, pode-se citar, a título de exemplo, os seguintes índices: Gini, Theil, Bourguignon, Hirshman-Herfiindhal, Atkinson e Dalton. Todavia, o índice de Gini mostra-se mais amplamente conhecido e utilizado.

É interessante destacar que o índice de Gini do Brasil sempre esteve mais perto de 1 (um) que de 0 (zero), ou seja, sempre esteve mais próximo do nível máximo de desigualdade. Essa realidade vista amplamente sob a perspectiva nacional se decompõe a nível regional, estadual e municipal. Nos últimos anos o índice de Gini nacional apresentou ligeira melhora. No entanto, esse declínio é tão inexpressivo que parece que o índice permanece no mesmo patamar, impressão essa que ganha mais força quando se observa o contraste social.

Mesmo diante de constatações como esta, Ramos; Mendonça (2005, p. 374) asseguram que “é possível, sim, pensar em um Brasil que ‘não seja um país pobre e que não tenha muitos pobres’.” Esse ato remete a noção de planejamento e todo o planejamento se dá mediante um horizonte de tempo. Entretanto, essa não se revela a prática dos governos brasileiros. Geralmente as ações se dão de forma imediatista de acordo com os planos de governo.

Não só é possível, como é preciso repensar um futuro mais igualitário para a população brasileira. No entanto, concretizar esse pensamento ainda se mostra um desafio. Enquanto isso não acontece, a desigualdade segue praticamente inabalável, irradiando seus efeitos negativos. E pobreza, por sua vez, permanece se impondo como uma perigosa conhecida de muitos brasileiros que a veem ganhar forma na realidade que vivenciam, como também, sendo objeto de discussão entre os pesquisadores.

## 6 | CONCLUSÃO

De acordo com o estudo desenvolvido, foi possível perceber que toda a problemática que circunda em torno da pobreza não se limita somente a sua expressão concreta e material. A complexidade do tema ultrapassa sua grave e preocupante interferência prática e alcança o nível teórico. Nesse sentido, a pobreza se revela, sobretudo um problema de ordem conceitual.

Portanto, fica evidente que, a veracidade no que tange o nível de pobreza de uma localidade é questionável. Isso advém das incompletas definições constatadas na literatura. Esse fato repercute na formulação das políticas públicas e, sendo assim, na forma como o problema vem sendo tratado.

Embora não se verifique acordo entre os pesquisadores no que concerne os estudos científicos sobre pobreza é unânime o posicionamento destes com relação a poderosa e má influência exercida pela desigualdade de renda no campo de estudo em que se concentram, principalmente quando se analisa a realidade brasileira.

Mesmo a desigualdade de renda e conseqüentemente a sua inter-relação com a pobreza em território brasileiro sejam elementos caracterizadores com renome internacional a longa data, as mesmas permanecem quase que incólumes, já demonstrando que a dosagem do medicamento utilizado vem sendo inadequada a gravidade da doença. Assim, tais problemáticas persistem deixando as suas marcas

na vida de muitos brasileiros e acirrando a discussão científica que se segue entre os pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Darana Carvalho; BURLANDY, Luciene. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 201-209, jul./dez. 2010.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [S.l.], v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000.

CODES, Ana Luiza Machado de. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, abril de 2008. (Texto para Discussão, n. 1.332)

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 Abr. 2013.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. Brasília: IPEA, maio de 2011. (Texto para Discussão, n. 1.619)

RAMOS, Lauro; MENDONÇA, Rosane. Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil. In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, 10 reimp. p. 355 – 377.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada**. Tradução de Ricardo Donirelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SOARES; Sergei Suarez Dillon. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, n. 1.381)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-060-5

